

Moção A: Mais futuro, mais militância e mais responsabilidade em Alenquer

Efetivos
1. Carla Travessa, aderente n.º 13132
2. Paulo Moreira, aderente n.º16720
3. Sónia Pedro, aderente n.º 8215
4. Vasco Rocha, aderente n.º 16195
5. Barbara Magno, aderente n.º 16200
6. Rui Ricardo, aderente n.º 12823
7. Vera Mouzinho, aderente n.º 16609
8. José Machado, aderente n.º 10172

Representante da Moção A na MAE: Carla Travessa

Mais futuro, mais militância e mais responsabilidade em Alenquer

Será de extrema importância perspetivar o futuro na concelhia de Alenquer, sem esquecer as características excecionais dos dois últimos anos: a situação pandémica, a guerra na Europa, quatro eleições e um novo risco de empobrecimento da população.

Nas últimas eleições autárquicas de 2021, o Bloco de Esquerda conseguiu eleitos em mais uma freguesia, tendo aumentado a sua votação em percentagem e em número absoluto de votos. Neste sentido, e com um trabalho de militância mais ativo deverá a próxima coordenadora da concelhia de Alenquer trabalhar, numa perspetiva de crescimento e proximidade, com vista a potenciar esta subida.

As eleições para a Comissão Coordenadora Concelhia de Alenquer do Bloco de Esquerda surgem num contraciclo eleitoral, num panorama nacional de crescimento de populismos e de uma crise económica que se concretizam numa degradação das condições de vida e de crescentes dificuldades para as famílias, idosos, jovens e crianças, assim como para a classe trabalhadora.

A Coordenadora Concelhia saída deste ato eleitoral interno e que estará em exercício no biénio 2022-2024, poderá redesenhar e apoiar o próximo cenário político em Alenquer, através da preparação das eleições para os órgãos autárquicos em 2025.

Apresentamo-nos neste ato eleitoral com a vontade de agir no cerne dos problemas deste concelho, nos que subsistem e carecem de resolução imediata e com vontade de abraçar novos desafios, que se apresentam com igual urgência no que se refere à sua resposta efetiva.

É com esta consciência que nos propomos formar um grupo de trabalho coeso, determinado e enérgico, lutando pela concretização de uma política autárquica que vá ao encontro das reais necessidades das pessoas e dos problemas concretos do concelho, dos transportes e mobilidade ao ordenamento do território, do apoio à população imigrante à proteção do meio-ambiente e à resposta à emergência climática, passando pela Educação e pela Saúde, assim como muitos outros.

E também ao combate ao racismo, à xenofobia, homofobia, violência de género e discriminação decorrente de condição económica desfavorável.

Situação de crise pós pandémica

A crise sanitária causada pela pandemia de Covid-19 traz à boleia uma recessão económica, cujas consequências se afiguram extremamente penalizadoras para inúmeros setores de atividade e, conseqüentemente, para centenas de milhares de pessoas.

Este cenário exige dos órgãos de poder político um acompanhamento constante e proativo na resolução de problemas das mais diversas origens. Às autarquias, exige-se, dentro do seu raio de ação e, atendendo à sua capacidade de intervenção, que se afirmem como o apoio de proximidade àquelas e àqueles que se constituem como grupos mais vulneráveis nos campos económico e social.

Será, portanto, da competência desta Concelhia o escrutínio da atuação dos órgãos autárquicos do concelho de Alenquer na resposta ao contexto que se vive, compreendendo as características excepcionais e de especial complexidade que os compõem.

Os dados que se relacionam diretamente com a violência doméstica chocam quem com eles se depara aquando da sua divulgação nos diversos órgãos de comunicação social. O fenómeno está longe de ser localizado e não é exclusivo dos grandes aglomerados urbanos. O flagelo é comum a todo o território, independentemente das assimetrias que apresenta em termos sociais, económicos e demográficos.

No concelho de Alenquer, a violência doméstica é uma realidade que se apresenta como um grito silenciado que tarda em soltar-se. Existe ainda uma subvalorização de tipos de violência que não resultam do contacto físico e que, por esse motivo, não são encarados como tal.

A violência verbal e psicológica é atirada para um patamar inferior de gravidade e a forma como é praticada é, inclusive, objeto de banalização por parte dos agressores, contando com a cumplicidade de quem a ela assiste. Assim se perpetuam comportamentos abusivos e violentos ao longo do tempo.

É, por isso, imperativo enfrentar o problema, facultar informação, promover a denúncia e patrocinar a rejeição do abuso da violência doméstica.

O combate às alterações climáticas e ao aquecimento global constituem o maior desafio que a Humanidade tem em mãos e do seu sucesso depende a existência de vida no planeta num futuro não muito longínquo.

Assiste-se, contudo, a uma luta pela manutenção dos impérios extrativistas, pelo prolongamento do tempo de vida de um sistema energético assente na exploração de combustíveis fósseis e pela sobrevivência dos mecanismos selvagens e despudorados de reprodução e acumulação de capital, naquilo que constitui um exercício de desprezo pela preservação dos ecossistemas e da biodiversidade, fazendo da emergência climática um conceito menor.

Com fenómenos climatéricos extremos cada vez mais frequentes, sinais inequívocos da dimensão da catástrofe em curso, é imperioso que todos os órgãos de poder político tomem consciência da real dimensão do risco a que a vida na Terra está exposta e que a neutralidade carbónica seja, verdadeiramente, uma meta a atingir pelos decisores político.

Um concelho estagnado no tempo

Além da resposta aos problemas de âmbito nacional que se manifestam a nível local, importa também dar resposta às necessidades locais que há muito reclamam resolução. Entre elas, destaca-se a insuficiente oferta de transportes públicos e outras soluções de mobilidade de proximidade, que, num momento em que se apela à neutralidade carbónica, obrigam a população a recorrer ao automóvel particular – aqueles que o conseguem – para deslocações dentro do concelho e para os municípios limítrofes.

Destaca-se também o péssimo ordenamento do território, que prejudica a qualidade de vida de quem vive, estuda ou trabalha no concelho, aumenta os níveis de poluição, prejudicando o meio-ambiente e causa incidentes ao nível da circulação rodoviárias com consequências, por vezes, fatais.

A Educação é outro dos problemas maiores do concelho, com a ausência de equipamentos escolares e a oferta insuficiente de escolas face ao aumento da população.

Isto, sem esquecer o crónico problema da Saúde, com a falta de médicos nos centros de saúde, que obrigam boa parte da população a formar filas, de madrugada, à porta destas unidades para tentar conseguir uma consulta na manhã seguinte.

Alenquer é hoje um concelho estagnado no tempo, em que maiorias cristalizadas e perpetuadas no tempo do Partido Socialista deixaram para trás a resposta a necessidades prementes, muitas delas básicas.

Urge acentuar o papel de oposição nas Assembleias de Freguesia e Assembleia Municipal, mas também consolidar o trabalho no terreno, junto de movimentos cívicos, associações e outras entidades representativas da sociedade civil, ajudando a criar e a engrossar lutas e a aumentar a proximidade com a população local.

Conscientes que é este o caminho que devemos trilhar, sem desvios, retrocessos ou abrandamentos de ritmo, apresentamo-nos a este mandato com a certeza de que a aprendizagem e a experiência acumuladas nos permitirão aumentar a relevância do trabalho político a desenvolver nas mais diversas áreas, do ambiente à inclusão social, da saúde ao bem-estar animal, do combate ao racismo à defesa da igualdade de género, sem deixar nenhuma luta por fazer, sem deixar ninguém para trás, sem largar a mão de ninguém.